

DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2012v19n27p342>

A VIAGEM DE MEU IRMÃO ALEXEI AO PAÍS DA UTOPIA CAMPONESA

THE JOURNEY OF MY BROTHER ALEXEI TO THE COUNTRY'S PEASANT UTOPIA

Óscar Gallo*

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIRO, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: UNESP, 2009.

Em 1920 foi publicado o relato de ciência ficção *A viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa*.¹ Escrito pelo economista Alexei Vasilievich Chayanov, a narração começa no terceiro ano da evolução Russa e desenrola-se, principalmente, em setembro de 1984. Neste cenário utópico, os partidos camponeses têm o poder desde 1934; o governo decretou a eliminação das cidades de mais de vinte mil habitantes e ruralizou o país;² a propriedade camponesa está na base do sistema econômico, já que nela “o homem não confronta a natureza, nela o trabalho se efetua em contato criativo com as forças do cosmos, e cria novas formas de existência. Cada trabalhador é criador, cada manifestação de sua individualidade é a arte do trabalho”.³

O país da utopia é a materialização de um projeto genuíno planejado por Chayanov para o desenvolvimento econômico da Rússia. Chayanov quer transmitir a idéia de que os camponeses são a esperança da revolução e o desenvolvimento da sociedade, na ativação da sua excepcional força de resistência se encontra o futuro. Uma ideia justificada em suas próprias pesquisas sobre a agricultura e os camponeses russos.⁴ Não é possível afundar numa comparação entre a utopia camponesa de Chayanov e o campesinato

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: oscar.gallo@medellin.co

brasileiro, embora a leitura do livro *Lutas camponesas contemporâneas* deixe a impressão de que uma importante parte da esperança de justiça social esteve no campesinato brasileiro. Com efeito, os artigos da coletânea que aqui se resenha falam do camponês como sujeito político, da eficácia real ou simbólica de seus atos, de suas lutas, força, resistência e resiliência; de sua capacidade de liderar e transformar seu futuro mediante formas de organização social: associações, sindicatos, cooperativas, partidos políticos. Nesses aspectos coincide com a utopia de Chayanov,⁵ mas a realidade do Brasil apresentado nas *Lutas camponesas contemporâneas* é uma pálida versão da colorida ficção de Chayanov.

Todavia, a palidez de um mundo frente a outro está sim no sistema de governo e não na ausência de força e virtudes políticas do campesinato. Na Moscou de 1983, os ideólogos ambicionam a resolução dos problemas por um esforço no campo da criação social, não pelo monopólio das ideais ou a violência.⁶ O Estado e seu aparato não é a única expressão da sociedade; as metralhadoras não funcionam como as dos bolcheviques; “o néctar e ambrósia já não são o alimento dos deuses do Olímpio, por isso decoram o lar dos simples camponeses”.⁷ No Brasil, ao invés do Moscou de Chayanov, entre 1964 e 1985 o clima foi de repressão: os sindicatos foram colocados sob severa vigilância do Ministério de Trabalho (p. 298); as formas de organização política foram enquadradas rigorosamente (p. 132); as “lideranças sindicais eram assassinadas e ameaçadas de morte” (p. 127) ou, em outros casos, a forte repressão ao movimento sindical incluía: prisão, tortura e intervenções nos sindicatos (p. 289).

O livro organizado por Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo é uma “história social do campesinato brasileiro” desde os anos 1950 (quando o campesinato surge como força social organizada em Brasil) até o século XXI. O enfoque “social” indica uma abordagem que rompe com a primazia do econômico e privilegia os aspectos ligados à cultura (p. 11). A partir desse enfoque social os treze artigos da coletânea refletem sobre “a impositiva amnésia social” e a “construção de uma caricatura esgarçada do pobre coitado, isolado em grande solidão e distanciamento da cultura oficial, analfabeto, mal-alimentado” (p. 12).

Apenas depois da leitura das primeiras páginas surge a pergunta pela diferença entre camponês e “campesinato”. Na apresentação da coleção diz:⁸ o “campesinato” “como categoria analítica e histórica é constituído por poliprodutores, integrado ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo” (p. 9). Por camponês, segundo o comitê editorial se entende:

proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos

das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (p. 11).

De acordo com o anterior, o conceito “campesinato” é um enquadramento político e acadêmico, e a expressão “camponês” envolve um grupo social definido a partir de sua forma de vida e produção. O fato das palavras sindicatos, camponeses e trabalhador (ver Tabela 1) terem o número maior de repetições no livro é significativo, pois sugere um camponês muitas vezes também trabalhador rural, daí a predominância das lutas pela terra e os direitos trabalhistas.

Tabela 1 - Frequência de palavras

Palavra	R	Palavra	R
Sindicais e sindicatos	837	Brizola	38
Camponeses, camponês e lavradores	681	Desapropriação	38
Trabalhador	587	Repressão	38
Terra	568	Ocupação	37
Política e politização	461	Assalariados	36
Luta	361	Santarém	36
Igreja, pastoral, teologia	327	Eletrosul	35
Engenhos e usinas	281	Fronteira	35
Campesinato	279	Trabalhista	35
Governo	254	CNS	34
Posseiro	247	Ditadura	34
Greves, manifestações e mobilizações	219	Patronais	34
Família	201	FETAEP	33
Líderes e Liderança	164	CPT	32
Classes	116	CONTAG	32

Comunista	116	Exploração	32
Acampados, acampamentos, acampamento	103	Fluminense	32
Fazenda(s) e fazendeiros	100	Formoso	30
Pará	88	Grileiros	30
Disputa(s)	86	Esquerda	29
Militar	84	Democracia	28
MASTER	80	Revolução	28
Desenvolvimento	77	Terezinha	28
Seringueiros, seringais e borrachas	70	Araguaia	26
Colonização e colonos	69	Hidrelétricas	26
Pernambuco	64	Salário	26
Comunidade e comunidades	58	Arrendatários	24
Trombas	57	INCRA	22
Nordeste	56	Militância	22
Imprensa	52	Belém	21
Militante e militância	50	Brasília	21
Polícia	49	Latifundiários	20
Indígenas	47	Transamazônica	20
STR	47	Goulart	17
Floresta	46	Modernização	16
Participação	44	Mulheres	16
Acre	43	Mato Grosso	14
Atores	43	Gado	13
Despejo(s)	41	Assistencialismo	7
Médicos, doenças, saúde	40	Getúlio Vargas	7
CRAB	39	Previdência	6
Direito	39	Café	5
Golpe	39	Marxista	4
MST	39	Negros	3
Reivindicações	39		

Com efeito, a sistematização das palavras totais do livro oferece pistas do conteúdo⁹ e ajuda a dimensionar o tipo de camponês escolhido pelos

organizadores do livro. Entretanto, lendo de baixo para acima cabe perguntar os motivos pelos quais outras palavras têm pouca presença no texto, por exemplo, mulheres e indígenas. Uma das explicações possíveis refere-se à definição de camponês, que elimina a diferenciação racial e de gênero. Relaciona-se também com a ênfase no campesinato em tanto que sujeito político. Como diz Jean-Pierre Leroy num dos artigos:

O sindicato somos nós. ‘Nós’ significava os lavradores do Tapajós, colonos da Transamazônica, produtores do planalto, varzeiros do Amazonas, pescadores; mulheres, homens, jovens; paraenses, maranhenses, cearenses, gaúchos; caboclos, brancos, negros e mulatos reunidos num ente coletivo em que se reconheciam (p. 245).

Por outro lado, a família tem uma significativa importância dentro dos argumentos de vários autores (ver Tabela 1). Constitui o núcleo inicial das formas de sociabilidade (p. 17). Uma família extensa permite liderança e alianças construídas e força de trabalho e de luta (p. 229). Em vários dos exemplos analisados, os sindicatos não foram “assumidos por indivíduos” e sim por “famílias ou segmentos de famílias” com “laços previamente existentes de parentesco, vizinhança, amizade, compadrio, pertencimento religioso, laços estes que vieram a ser modificados, desdobrados e parcialmente ressignificados pela própria experiência de implantação e funcionamento dos sindicatos” (p. 310).

Por que se mobiliza a família? Quais são os fatores que levam ou permitem a mobilização dos camponeses (p. 35)? Essa é, segundo Grynszpan, a pergunta central da historiografia sobre o tema das lutas camponesas. Dentro das múltiplas leituras possíveis, pode-se dizer que as causas de mobilização dos camponeses são de ordem prática: “novas e súbitas modificações na vida” (p. 42) ou ameaças de expulsão e pressão continuada sobre os membros contra as esperanças de permanecer na terra (p. 152). Desse modo, as “famílias de lavradores” se movimentam “à procura de fazendas onde se estabelecer” (p. 38); lutam “pela posse da terra como forma de garantir a sua sobrevivência e da família” (p. 73); procuram a “terra prometida” (p. 227); buscam “políticas novas, que ajudassem aqueles camponeses a obter maiores lucros de sua produção a fim de cuidar bem de suas famílias” (p. 145).

Segundo Fernandes, Medeiros e Paulilo, as mudanças políticas de pós-guerra levaram a unificação das formas do conflito no meio rural brasileiro, para tanto foi central o papel do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (p. 24). Com o PCB, desde os anos 1950, e, especialmente, nos anos 1960 a Igreja Católica desenvolveu campanhas de evangelização para afastar os camponeses do perigo comunista e formar lideranças políticas e religiosas (p. 25). Essas lideranças, junto com a participação ativa de membros de a igreja permitiram forjar frentes de luta camponesa como no caso descrito por Neide Esterici (p.

237-241) ou Jean-Pierre Leroy (p. 250-254). As atividades do PCB e a Igreja no meio rural se misturaram com a ideia da reforma agrária, o conflito ganhou intensidade e ao mesmo tempo ocorreu uma paulatina politização do meio rural.

Mais que resumir os artigos pode-se apresentar algumas ideias provocadoras. Mario Grynspan critica a forma como se objetivam os grupos sociais, pois se esquece que sua emergência ou saída das sombras é fruto de ações e de lutas “todo um trabalho de definição, de agrupamento, de representação e de mobilização” (p. 36). Nesse sentido, sua proposta é considerar as ações políticas não como fruto de ações isoladas e sim como resultado de inter-relações e concorrências, dito de outro modo, a luta pode contornar os grupos sociais e forjar a identidade do campesinato. Próximo a ideia de contextualizar os processos sociais, Moacir Palmeira questiona a frequente abordagem que só reflete “sobre as lutas sociais em seus momentos mais críticos”, desse modo, os estudos esquecem os momentos de desmobilização e “toda uma faixa de experiências vividas pelas classes trabalhadoras” (p. 172). Com efeito, há maneiras diferentes de reivindicar os direitos, por exemplo: a posse pacífica de terras sem titulação reconhecida como forma de afirmação dos direitos facultados e estratégia de luta jurídica ou tornar públicas as ações de modo a inserir seus atores no espaço político (p. 44-47).

Para realizar esses tipos de ações tanto simbólicas quanto reais precisa-se de uma aprendizagem. Inserir-se nas dinâmicas da política significa adotar um comportamento individual que permita alcançar a causa coletiva por cima dos interesses individuais. A transformação passa por quebrar a “lógica de convivência” (p. 204) ou romper as formas tradicionais de dependência e paternalismo em função da luta legítima pela consecução de direitos sociais. Segundo Clifford Andrew Welch “com a diminuição da cultura da dominação e deferência no fundo de cordialidade, novos tipos de homens cordiais começaram a aparecer” (p. 164). Quando o agricultor ou camponês se tornou sindicalista acumulou capital social e simbólico, mas, em alguns casos, por esse processo de transformação individual operou-se, como demonstra Osvaldo Heller da Silva, “um verdadeiro desenraizamento do mundo rural” (p. 109).

A emergência do campesinato como ator político, não pode ser desvinculado das condições espaciais concretas, porque como diz Paulo Ribeiro da Cunha: “as revoluções camponesas tendem invariavelmente ao isolamento e, por conseqüência, ao equacionamento no plano local ou regional do conflito” (p. 63). A maioria dos artigos está baseado em teses ou pesquisas sobre contextos locais ou municipais, quando mais abrangem o território do estado. Mario Grynspan descreve os despejos na Baixada Fluminense, no estado de Rio de Janeiro. Paulo Cunha analisa as tensões pela terra no caso de Trombas e Formoso, em Goiás. Maria José Reis analisa a Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) na região do Alto Uruguai, entre os estados de Santa

Catarina e Rio Grande do Sul. Também neste estado Cordula Eckert analisa o caso do MASTER. Osvaldo Heller da Silva descreve o conflito dos posseiros e as formas de resistência dos camponeses de Porecatu, no Paraná. Guttemberg Guerra Diniz pesquisa o caso de Araguaia e Tocantins em Pará e Jean Pierre Leroy a criatividade dos camponeses de Santarém. Clifford Welch descreve o caso dos sem-terra do Pontal de Parapamema, em São Paulo. Moacir Palmeira pesquisa os trabalhadores das usinas de Pernambuco; e o mesmo faz Lygia Sigaud ao analisar os conflitos na Zona da Mata nordestina. Elder Andrade de Paula e Silvio Simione aborda as estratégias políticas dos seringueiros do Acre. Neide Esterci enfatiza na resistência dos posseiros de Santa Terezinha em Mato Grosso. John Comeford analisa as redes na Zona da Mata mineira.¹⁰

NOTAS

¹ O autor é mais conhecido no mundo acadêmico pelas teorias sobre a economia dos camponeses que pela escrita de literatura de ficção, porém, publicou oito romances entre 1918 e 1928. CHAYANOV, Alexei Vasilievich. Viaje de mi hermano Alexis al país de la utopía campesina. In: CHAYANOV, Alexei Vasilievich. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*. México: Siglo XXI, 1981. p. 1-47.

² Ibid., p. 13-14.

³ Ibid., p. 24.

⁴ Ibid., p. XVI-XII.

⁵ Ibid., p. 37-38.

⁶ Ibid., p. 25.

⁷ Ibid., p. 36.

⁸ O livro faz parte de uma série de dez volumes sobre a história do campesinato no Brasil: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo (vol. 2); Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (vol. 1); Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa (vol. 1); Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas dirigidas de constituição do campesinato (vol. 2); Diversidade do campesinato: Construções identitárias e sociabilidades (vol. 1); Diversidade do campesinato: Expressões e Categorias -Estratégias de reprodução do social (vol. 2); Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história (vol. 1, 2); Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil (vol. 1, 2).

⁹ Ajudado pelo software *Atlas.ti*, criou-se uma tabela da frequência das 123.778 palavras do livro. Depois se suprimiram as interferências linguísticas, por exemplo, os pronomes. Na figura não se incluíram todos os registros.

¹⁰ As datas de publicação dos artigos, anteriores à coletânea, insinuam o amadurecimento dos resultados e o horizonte da historiografia do campesinato no Brasil. Data original de publicação

ou pesquisa: Mario Grynszpan (1990); Paulo Ribeiro da Cunha (2007); Cordula Eckert (1984); Osvaldo Heller da Silva (2006); Guttemberg Diniz Guerra (sem referência anterior); Clifford Andrew Welch (sem referência anterior); Moacir Palmeira (1974); Elder Andrade de Paula e Silvio Simione da Silva (sem referência anterior); Neide Esterci (pesquisa feita em 1967;1974;1975;1981;2006); Jean-Pierre Leroy (1991); Maria José Reis (sem referência anterior); Lygia Sigaud (1986); John Comeford (2003).

Resenha recebida em agosto de 2011. Aceita em janeiro de 2012.